



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Irregularidades no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais (RJAAC)

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, dirigidas ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Horta, 30 de abril de 2021

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores


(António Lima).


(Aurora Ribeiro)

**Exma. Sra. Secretária Regional da Cultura,
da Ciência e Transição Digital.**

Considerando que a valorização da atividade de iniciativa não governamental desenvolvida pelo setor cultural constitui um dos instrumentos da política regional definida em matéria de cultura;

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/A, de 3 de julho, estabelece o regime jurídico de apoios a atividades culturais, designado de RJAAC;

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/A, de 28 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2019/A, de 8 de novembro, veio regulamentar o RJAAC;

Considerando que o n.º 3 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/A, de 3 de julho, define os documentos genéricos e obrigatórios que devem acompanhar as candidaturas e que o n.º 4 do mesmo artigo ressalva que a direção regional pode solicitar aos requerentes, sempre que se considere necessário, informações detalhadas e documentos adicionais, entre os quais os previstos no artigo 9.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/A, de 28 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2019/A, de 8 de novembro;

Considerando que na ata da apreciação das candidaturas elaborada pela comissão de apreciação das artes performativas, a mesma recomenda “que as candidaturas que não estejam enformadas com toda a documentação estipulada na legislação reguladora das mesmas, sobretudo quando se verifica a falta do guião do espetáculo, elemento que melhor permite a aferição de qualidade,

não devem ser apresentadas à comissão de apreciação, tendo em causa a igualdade de critérios apreciativos”;

Considerando que o Bloco de Esquerda teve conhecimento de que houve candidaturas de peças de teatro que, não tendo entregue a peça ou guião do espetáculo, não lhes foi solicitada a entrega destes documentos;

Considerando que em parte alguma da legislação aplicável vem mencionada como obrigatória a apresentação da peça ou guião do espetáculo na candidatura;

Considerando que, segundo o n.º 4 do Artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/A, de 28 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2019/A, de 8 de novembro, os fatores de majoração são definidos no aviso de abertura;

Considerando que no Despacho n.º 306/2020 de 28 de fevereiro de 2020, que abre o concurso em questão, não se define qualquer fator de majoração específico para o presente concurso;

Considerando que na apreciação final das candidaturas surgem como critérios três fatores de majoração: “1) Projetos em rede ou coprodução com agentes culturais da mesma área e na mesma ilha - 10%”; “2) Projetos com integração de formação de públicos para as artes, o património e a promoção da leitura (via digital) - 30%” e “3) Projetos com integração de formação de públicos para as artes, o património e a promoção da leitura (via presencial) - 10%”;

Considerando que o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/A, de 28 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2019/A, de 8 de novembro, a data limite de entrega de candidaturas de cada concurso anual é fixada por despacho até ao dia 31 de janeiro;

Considerando que até à data de hoje ainda não foi publicado qualquer despacho de abertura do concurso para apoio às atividades culturais a ter lugar durante o ano de 2022;

Considerando que o n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2014/A, de 3 de julho, considera não elegíveis as entidades de natureza pública, nomeadamente, empresas municipais e intermunicipais, sejam elas sociedades municipais e intermunicipais, sociedades comerciais constituídas nos termos da legislação comercial, ou pessoas coletivas de direito público com natureza empresarial;

Considerando que foram atribuídos financiamentos à entidade “Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada”;

Considerando que, em razão da detenção da maioria do capital social pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, a Cooperativa “Praia Cultural” encontra-se sob influência dominante do Município e integra o subsector da Administração Local, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC2010);

Nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores solicita resposta às seguintes questões:

1. Qual ou quais as razões para não terem sido solicitados pela comissão de apreciação os documentos que a mesma considera essenciais para a apreciação das candidaturas?
2. Não tendo sido pedidos estes documentos, e tendo em conta a recomendação anteriormente citada, pode a comissão de apreciação garantir que a pontuação atribuída às diferentes candidaturas se baseou em critérios equitativos e que nenhuma candidatura

saiu prejudicada por estarem em falta documentos que não constam da legislação aplicável e atrás mencionada?

3. Como justifica a Direção Regional da Cultura a inclusão de fatores de majoração não definidos nos termos da legislação aplicável?
4. Quando será aberto o concurso para apoio às atividades culturais a ter lugar durante o ano de 2022?
5. Como justifica a Direção Regional da Cultura os apoios atribuídos à entidade “Praia Cultural” e respetivas atividades que, para todos os efeitos, têm contornos de natureza municipal?

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima).



(Aurora Ribeiro)

Horta, 30 de abril de 2021